



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 54ª LEGISLATURA, DA
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 19 E 21 DE NOVEMBRO DE 2013.**

Aos dezenove e vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e treze, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Anexo II, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar a Pauta nº 29 de 2013. Durante esse período, verificaram-se as presenças dos **Deputados Titulares**: Aelton Freitas, Andre Moura, Bohn Gass, Bruno Araújo, Carlos Magno, Claudio Cajado, Danilo Forte, Domingos Sávio, Efraim Filho, Evandro Milhomen, Giovani Cherini, Gorete Pereira, Guilherme Campos, Júlio Cesar, Leonardo Quintão, Lourival Mendes, Mandetta, Maçãl Filho, Marcos Montes, Miguel Corrêa, Nelson Meurer, Nilda Gondim, Nilton Capixaba, Sandro Alex, Weliton Prado, Weverton Rocha e Zezéu Ribeiro; dos **Senadores Titulares**: Acir Gurgacz, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, João Vicente Claudino, Lídice da Mata, Lobão Filho, Randolfe Rodrigues e Walter Pinheiro; dos **Deputados Suplentes**: Ademir Camilo, Afonso Florence, Alex Canziani, Carlos Brandão, Chico Lopes, Dalva Figueiredo, Dilceu Sperafico, Gera Arruda, Humberto Souto, José Rocha, Osvaldo Reis, Oziel Oliveira, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Valtenir Pereira e Walter Ihoshi; e do **Senador Suplente** Casildo Maldaner. Deixaram de comparecer os Deputados Titulares Fábio Ramalho, Gonzaga Patriota, Ricardo Berzoini, Roberto Teixeira, Rose de Freitas, Ruy Carneiro e Severino Ninho e os Senadores Titulares Anibal Diniz, Lúcia Vânia e Wilder Moraes. **ABERTURA**: às 14h52 do dia 19 de novembro, havendo número regimental para abertura, de acordo com o *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente, Senador Lobão Filho, declarou iniciados os trabalhos. Logo após, o Deputado Lourival Mendes solicitou dispensa da leitura da Ata da 9ª Reunião Ordinária, ocorrida em 12 e 13 de novembro de 2013. Foi atendido pelo Plenário. Em deliberação, a Ata foi **aprovada** por unanimidade. A seguir, o Presidente anunciou que o Relatório Preliminar ao Projeto de Lei Orçamentária para 2014 já estava disponível para consulta na página da CMO na *internet*. O Deputado Cláudio Cajado fez uso da palavra para questionar ao Presidente quais matérias seriam apreciadas naquela reunião, além de manifestar a intenção de solicitar a retirada de Pauta de algumas. Solicitou, ainda, ao Relator-Geral da LOA 2014, Deputado Miguel Corrêa, maior proximidade, para que o Relatório dessa matéria conte com a participação de todos os parlamentares da Comissão. Em resposta, o Deputado Miguel Corrêa alegou ser essa a sua filosofia de trabalho, além de pedir que a votação do Relatório Preliminar ocorresse no dia 20 de novembro, às 18h. O Presidente, novamente com a palavra, anunciou que durante a Reunião pretendia votar os Projetos de Lei constantes da Pauta e logo após faria reunião com o Colegiado de Líderes visando buscar acordo para a votação do Relatório Preliminar. **EXPEDIENTE**: Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes será encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. **ORDEM DO DIA**: **1. RELATÓRIO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 11/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2013, em favor das empresas estatais que menciona, crédito especial no valor de R\$ 986.053.775,00 (novecentos e oitenta e seis milhões, cinquenta e três mil, setecentos e setenta e cinco reais), para os fins que especifica”. Relator: Deputado José Priante. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Weverton Rocha como relator *ad hoc*. O Relator apresentou o Relatório. Não houve discussão. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **3. RELATÓRIO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 14/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R\$ 64.754.694,00 (sessenta e quatro milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e noventa e quatro reais), para os fins que especifica”. Relatora: Deputada Gorete Pereira. Foram apresentadas 39 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma do Substitutivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1, 2, 8, 10 a 14,



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

17, 28 a 36 e 38, e pela rejeição das demais. Ausente a Relatora, foi designado o Deputado Alex Canziani como relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou inadmitidas as emendas de nºs 01, 02, 08, 10 a 14, 17, 28 a 36 e 38, indicadas pelo relator. Houve a leitura do Relatório. Não houve discussão. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. Após a aprovação dessa matéria, o Deputado Cláudio Cajado fez uso da palavra para comentar sobre a necessidade de construção de mais leitos hospitalares no Brasil, em especial nas Regiões Norte e Nordeste. Em complementação, o Presidente falou sobre acidente que sofreu e também sobre a inauguração de novos de UTI na Santa Casa de Saúde do Estado do Maranhão.

5. RELATÓRIO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 23/2013-CN, que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R\$ 174.731.771,00 (cento e setenta e quatro milhões, setecentos e trinta e um mil, setecentos e setenta e um reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Relator: Deputado Sandro Alex. Foram apresentadas 9 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma do Substitutivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 02, 06, e 07; pela aprovação da emenda nº 05; pela aprovação parcial das emendas de nºs 1, 3, 8 e 9; e pela rejeição da emenda nº 04. Ausente o Relator, foi designado o Deputado Alex Canziani como relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou inadmitidas as emendas de nºs 02, 06 e 07, indicadas pelo relator. Houve a leitura do Relatório. Não houve discussão. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

8. RELATÓRIO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 35/2013-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Secretaria de Portos da Presidência da República, crédito especial no valor de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), para o fim que especifica”. Relatora: Deputada Rose de Freitas. Foram apresentadas 09 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e com indicação pela inadmissibilidade das 09 emendas apresentadas. Ausente a Relatora, foi designado o Deputado Claudio Cajado como relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou inadmitidas as emendas de nºs 1 a 9, indicadas pelo relator. O Relatório foi apresentado. Não houve discussão. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

6. RELATÓRIO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 28/2013-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Pesca e Aquicultura, crédito especial no valor global de R\$ 28.400.000,00 (vinte e oito milhões e quatrocentos mil reais), para os fins que especifica”. Relator: Deputado Osvaldo Reis. Foram apresentadas 69 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 02, 04, 07, 32, 33, 47 e 54, e pela rejeição das demais. Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou inadmitidas as emendas de nºs 02, 04, 07, 32, 33, 47 e 54, indicadas pelo relator. Houve a leitura do Relatório. Logo após a leitura, o Deputado Cláudio Cajado solicitou a palavra para alertar que o Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao PLOA 2014 ainda não estava disponível. O Presidente, em resposta, informou que já havia providências tomadas nesse sentido. O Deputado Cláudio Cajado ainda discutiu a matéria e houve réplica por parte do Relator. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

12. RELATÓRIO APRESENTADO AO OFÍCIO Nº 38/2013-CN, que “Encaminha Relatório de Atividades desenvolvidas pela Autoridade Pública Olímpica - APO no primeiro semestre de 2013.” Relator: Senador Anibal Diniz. Voto: no sentido de que a CMO tome conhecimento da matéria, e encaminhe notificação à Autoridade Pública Olímpica, exigindo que nos próximos relatórios semestrais de atividades seja apresentada, além das descrições das reuniões e das atividades burocráticas, realizadas mês a mês, a apresentação da prestação de contas detalhada dos gastos efetuados no âmbito do orçamento da União, no Ministério dos Esportes, na Unidade Orçamentária 51.204. Ausente o Relator, foi designado o Senador Acir Gurgacz como relator *ad hoc*. A leitura do Relatório foi feita. Não houve discussão. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. Por proposta do Presidente, foi submetido à apreciação do Plenário da Comissão Requerimento para serem incluídos na



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pauta os Relatórios aos seguintes Projetos de Lei do Congresso Nacional: 25, 27, 37 e 41, todos de 2013. Ao ser anunciado o Requerimento, o Deputado Cláudio Cajado manifestou-se contra a inclusão de matérias extrapauta, alegando que era necessário conhecer melhor o seu conteúdo antes da apreciação. Logo após, os Deputados Guilherme Campos e Humberto Souto solicitaram a inclusão dos Relatórios aos Projetos de Lei nº 25 e 27/2013, respectivamente. O Deputado Domingos Sávio, também participando do debate, alegou que havia a necessidade de se inteirar das matérias mais detidamente, contudo aceitaria que elas fossem incluídas na pauta, mas não deliberadas. Na sequência, o Deputado Carlos Magno perguntou ao Deputado Cláudio Cajado se realmente não havia tempo para tomar conhecimento da matéria ou se havia orientação partidária para não inclusão de itens na Pauta. Em resposta, o Deputado Cláudio Cajado argumentou sobre a importância de se entender as matérias em deliberação. A seguir, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade. **10. RELATÓRIO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 39/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R\$ 17.600.000,00 (dezesete milhões e seiscentos mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”. Relator: Deputado Weverton Rocha. Foram apresentadas 2 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e com indicação pela inadmissibilidade das 02 emendas apresentadas. Em conformidade com o disposto no § 2º do art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou inadmitidas as emendas de nºs 1 e 2, indicadas pelo relator. O Relatório foi apresentado. Não houve discussão. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **11. RELATÓRIO APRESENTADO AO OFÍCIO Nº 26/2013-CN**, que "Encaminha, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, e do artigo 1º, § 8º da Lei nº 12.453, de 21 de julho de 2011, o Relatório Gerencial Trimestral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES referente ao segundo trimestre de 2013”. Relator: Deputado Evandro Milhomen. Voto: pelo arquivamento da matéria. O Relatório foi apresentado. Não houve discussão. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. **2. RELATÓRIO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 13/2013-CN**, que “Altera o Anexo I à Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015”. Relator: Senador Anibal Diniz. Foram apresentadas 5 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, e pela rejeição das 5 emendas apresentadas. O Deputado Claudio Cajado solicitou o adiamento da apreciação da matéria para a próxima reunião, e com a concordância do Presidente, foi **adiada** para o dia 20/11/2013, quarta-feira, às 18 horas. **9. RELATÓRIO APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 36/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2013, em favor de empresas estatais, crédito especial no valor de R\$ 737.989.256,00 (setecentos e trinta e sete milhões, novecentos e oitenta e nove mil, duzentos e cinquenta e seis reais), para os fins que especifica”. Relator: Senador Wilder Moraes. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma proposta pelo Poder Executivo. Ausente o Relator, foi designado o Senador Acir Gurgacz como relator *ad hoc*. Discutiu a matéria o Deputado Domingos Sávio. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade. A seguir, o Deputado Afonso Florence apresentou dois Requerimentos. O primeiro solicitou a inclusão na Pauta do Relatório ao Projeto de Lei - CN nº 20/2013. O Requerimento foi **aprovado** por unanimidade. O segundo foi o **REQUERIMENTO Nº 8/2013 – CMO**, que “Requer diligência de membros do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves – COI, aos locais de execução de obras em que o TCU identificou indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação”. Houve apoio do Deputado José Rocha. O Requerimento foi **aprovado** por unanimidade. A seguir, após manifestação do Presidente sobre o leilão do Campo de Libra, levantou-se debate sobre esse tema. Participaram do debate os Deputados Domingos Sávio, José Rocha e Afonso Florence, além do Presidente. Findo o debate, o Deputado Cláudio Cajado questionou a quase apreciação do Relatório ao Projeto de Lei nº 13/2013 – CN, uma vez que não havia acordo para sua deliberação. O Presidente esclareceu o equívoco ocorrido. Logo após, o Deputado Domingos Sávio alegou não ter recebido ainda o Relatório Preliminar com Emendas apresentado à LOA 2014 e também perguntou ao Presidente quais itens haviam sido incluídos como extrapauta. Após responder ao Deputado Domingos Sávio, o Presidente suspendeu a reunião, às 16h37,



CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

pelo prazo de 5 minutos para dialogar com os membros do Colegiado de Líderes. Às 16h43, o Presidente reiniciou os trabalhos e anunciou a intenção de votar o Relatório Preliminar no dia seguinte, 20 de novembro, desde que os parlamentares conseguissem analisá-lo. Fazendo uso da palavra, o Deputado Domingos Sávio solicitou a presença do Relator-Geral da LOA 2014, Deputado Miguel Corrêa, para que houvesse diálogo prévio. Logo após, às 16h45, o Presidente suspendeu os trabalhos. Antes, convocou reuniões para o dia 20 de novembro, quarta-feira, nos seguintes horários: às 17h30min, reunião do Colegiado de Líderes com assento na Comissão, na sala de reuniões da Presidência, para tratar sobre a apreciação do Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao Projeto de Lei nº 9/2013-CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014”; e às 18 horas, continuação da Reunião Ordinária, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Tendo em vista realização de Ordem do Dia do Congresso Nacional, o Presidente aguardou o seu término, que se deu à 1h18 do dia 21 de novembro. À 1h26, portanto, os trabalhos da CMO foram reiniciados. O Presidente convidou o Deputado Miguel Corrêa, Relator-Geral da LOA 2014, para compor a Mesa. **EXPEDIENTE:** conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes será encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. A seguir, o Presidente solicitou à Secretaria da Comissão que remetesse todos os Projetos de Lei referentes a créditos adicionais ao Congresso Nacional, uma vez que, devido ao disposto nos *artigos 106 e 107 da Resolução nº1/2006 do Congresso Nacional*, não seria mais possível analisá-los na CMO. Logo após, foi apresentado Requerimento, de autoria do Deputado Miguel Corrêa, para inclusão na Pauta do Relatório Preliminar com Emendas apresentado à LOA 2014. O Requerimento foi **aprovado** por unanimidade. **EXTRAPAUTA: RELATÓRIO PRELIMINAR COM EMENDAS APRESENTADO AO PROJETO DE LEI Nº 9/2013-CN**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014”, (LOA/2014). Relator-Geral: Deputado Miguel Corrêa. Foram apresentadas 76 emendas. Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentado pelo Relator-Geral, com as alterações decorrentes dos ajustes de redação identificados no texto, da aprovação parcial das emendas de nºs 5 a 11, 13 a 16, 18, 19, 23, 27, 29 30, 36, 41, 43, 50, 56, 58 a 60, 62, 63, 66, 68, 72, e pela rejeição das demais. Foram apresentados 14 destaques. O Relator-Geral apresentou o Relatório. Logo após, o Presidente agradeceu aos funcionários que ali estavam devido ao avançado da hora. Dando continuidade, o Deputado Danilo Forte manifestou-se acerca da importância de haver compatibilidade entre os textos da LDO e da LOA 2014. Discutiram a matéria os Deputados Valtenir Pereira, Weliton Prado e Cláudio Cajado. Houve réplica por parte do Relator, Domingos Sávio, que comentou sobre os destaques que gostaria de apresentar e, por fim, Danilo Forte. A seguir, o Presidente respondeu ao questionamento do Deputado Cláudio Cajado quanto à votação dos destaques. Em votação, o Relatório Preliminar com Emendas e a Errata foram **aprovados** por unanimidade, ressalvados os destaques. Na sequência, o Deputado Danilo Forte sugeriu metodologia para votação dos destaques e o Relator da matéria, Deputado Miguel Corrêa, solicitou prazo para analisá-los. Dessa forma, enquanto havia a análise dos destaques, o Presidente solicitou ao Plenário que deliberasse sobre a proposta do prazo de emendas à LOA 2014, com período sugerido entre 21 e 28 de novembro. Em deliberação a proposta foi **aprovada** por unanimidade. Logo após, o Deputado Domingos Sávio fez uso da palavra para comentar sobre o prazo de apresentação de emendas e sobre a relação da votação da Proposta de Emenda Constitucional do orçamento impositivo com as emendas individuais. Em resposta, o Presidente afirmou que buscaria contato com o Presidente da Câmara dos Deputados. Nesse momento, anunciou a convocação de reunião ordinária para o dia 26 de novembro, às 14h30, e Reunião do Colegiado de Líderes para o mesmo dia, às 14h. Além disso, cancelou a reunião extraordinária convocada para o dia 21 de novembro, às 9h. Logo após, o Relator-Geral manifestou-se sobre os destaques apresentados e os Deputados Domingos Sávio e Valtenir Pereira usaram da palavra para apresentar os seus destaques. A seguir, o Relator-Geral apresentou a Errata e os Adendos 1 e 2. Os Deputados Domingos Sávio e Cláudio Cajado solicitaram que os destaques 2 e ----14, respectivamente, fossem votados separadamente. Logo após, houve proposta do Presidente para votação

